

## A (re)produção dos espaços urbanos brasileiros nos estudos organizacionais: que cidade é essa?

*The (re) production of brazilian urban spaces in organizational studies: what city is this?*

**Romulo Gomes<sup>1</sup>**

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3053-6407>

**Sâmela Pedrada Cardoso<sup>2</sup>**

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2307-3734>

**Fabiana Florio Domingues<sup>3</sup>**

Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-4791-7070>

### Resumo

Utilizamos a revisão sistemática de literatura para discutir a (re)produção das cidades nos estudos organizacionais nacionais a partir da produção científica sobre os usos dos espaços urbanos no Brasil. Buscamos estudos que utilizam a compreensão da cidade como uma organização social e espacial, partindo de práticas organizativas que constituem a urbe. Para isso, realizamos uma ampla pesquisa nas publicações da Administração dos últimos 16 anos com as palavras: Cidade(s), Espaço(s) Urbano(s) e Prática(s) Urbana(s). Os resultados indicam que a cidade é (re)produzida nos Estudos Organizacionais de forma heterogênea e múltipla, relacionada às práticas organizativas engendradas com questões identitárias de grupos sociais e comunidades, em que as diferentes formas de sociabilidades manifestadas são centrais para entendimentos situados em apropriações e resistências que os cidadãos praticam nos espaços urbanos. Em termos conceituais, os resultados mostram práticas materiais, por isso corporificadas e fornecem pistas para problematizarmos acerca da invisibilidade de corpos nos estudos, que consideramos uma presença ausente. Procuramos trazer reflexões acerca da democratização do espaço urbano público ou privado, já que a cidade brasileira expõe práticas de desigualdade, segregação social, preconceito, racismo, resistência, diversidade e amizade, e ainda sim, segue sem considerar a materialidade de corpos como elemento relevante como visto nos trabalhos pesquisados.

**Palavras-chave:** Estudos organizacionais. Cidades. Revisão sistemática. Práticas organizativas. Espaços urbanos.

### Abstract

We used the systematic literature review to discuss the (re) production of cities in national organizational studies based on scientific production on the uses of urban spaces in Brazil. We seek studies that use the understanding of the city as a social and spatial organization, starting from organizational practices that constitute the city. To this end, we have carried out extensive research in Management publications for the past 16 years with the words: City (s), Urban Space (s) and Urban Practice (s). The results indicate that the city is (re) produced in Organizational Studies in a heterogeneous and multiple way, related to the organizational practices engendered with identity issues of social groups and communities, where the different forms of manifested sociability are central to understandings situated in appropriations and resistances that city dwellers practice in urban spaces. In conceptual terms, the results show material practices, therefore embodied and provide clues to problematize about the invisibility of bodies in studies, which we consider an absent presence. We seek to bring reflections about the democratization of public or private urban space,

<sup>1</sup> Programa de Pós-graduação em Administração PPGADM/UFES, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e Vinculado ao Grupo de Estudos de Práticas e Simbolismo, GESIP/UFES.

<sup>2</sup> Filiada ao Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Membro do Grupo de Estudos em Simbolismo e Práticas Cotidianas em Organizações - GESIP/UFES.

<sup>3</sup> CEPEAD - Centro de Pós-graduação e Pesquisas em Administração - FACE/UFMG.

since the Brazilian city exposes practices of inequality, social segregation, prejudice, racism, resistance, diversity and friendship, and yet, it continues without considering the materiality of bodies as a relevant element as seen in the researched works.

**Keywords:** Organizational studies. Cities. Systematic literature review. Organizational practices. Urban space.

## INTRODUÇÃO

Há tempos que pesquisas na área da Administração têm se debruçado em estudos de cidades tomadas como organizações sociais e espaciais (CZARNIAWSKA-JOERGES, 1997; FISCHER, 1996a, 1996b, 1997; MAC-ALLISTER, 2004; SARAIVA; CARRIERI, 2012) e, como tal, constituídas socialmente por seus membros por meio de suas ações e rotinas coletivas (WEBER, DACIN, 2011; FINE, HALLETT, 2014). Em meio a esse contexto, a produção científica nacional teve como marco teórico, especificamente no campo dos Estudos Organizacionais, o estudo de Mônica Mac-Allister, publicado em 2004, propondo o conceito de Organização-Cidade, com variadas implicações em diversas outras pesquisas sobre espaços urbanos e práticas organizativas nas cidades.

Tais estudos, ao lançarem mão de abordagens não limitadas às formas funcionais ou tradicionais, analisaram a complexidade organizacional a partir de diferentes lentes, cujos quadros conceituais incluíram noções de simbolismo e cultura (MORGAN, FROST PONDY, 1983; HASSARD, COX, 2013). Dessa forma, revelam processos constituídos nas práticas urbanas ligados à organização das cidades e às relações simbólicas estabelecidas por específicos praticantes (MENDES, CAVEDON, 2012).

Essas abordagens apresentam compreensões espaciais e práticas culturais peculiares que permitem um olhar organizacional da dinâmica urbana, ou seja, o caráter relacional e situacional inerente às interações humanas com os equipamentos urbanos, que abrem também possibilidades para a observação de uma vida social

organizada (SARAIVA; CARRIERI, 2012; FIGUEIREDO; CAVEDON, 2012), nos permitindo lançar novos olhares sobre o que vem a ser a cidade praticada, como ela acontece com base nos espaços urbanos.

Para entender a cidade em sua dinâmica urbana, muitos desses estudos (FRANCO, OLIVEIRA, 2016; MENDES, CAVEDON, 2012) recorrem a noções comuns de espaços urbanos como lugar praticado (CERTEAU, 1994), considerado tanto como um local geográfico da ação, mas também como a possibilidade de engajar-se na ação cotidianamente (GOTTDIENER, 1997), por isso, continuamente constituído e dissolvido através de interações (SIMMEL, 2006). Nesse sentido, o espaço é “não somente organizado e instituído, ele é modelado, apropriado por este ou aquele grupo social de acordo com suas demandas, ética e estética, sua ideologia” (LEFEBVRE, 2008, p.82) e, por isso, considerado um produtor da transformação da organização social em função dos usos que os praticantes da cidade fazem dela (CERTEAU, 1994). Visto dessa forma, estando em constante construção, a cidade é uma teia formada por espaços sociais produzidos pelo “caminhar” dos sujeitos sociais, somente sendo possível compreender as cidades pelas práticas cotidianas, pelos usos, pelas apropriações que os sujeitos fazem dela (CERTEAU, 1994).

Se por um lado, alguns estudos adotam o conceito de cidade como algo relacionado a um plano urbano, com funções e normas definidas estrategicamente com objetivo de organizar a vida coletiva em uma concepção mais

geral e utópica<sup>4</sup> sobre o espaço urbano, por outro, neste estudo, partimos do entendimento de cidade a partir de Certeau (1994), que propõe o deslocamento desse conceito de cidade para práticas urbanas, argumentando que para além de um conceito substantivo a cidade é um “verbo” praticado cotidianamente. Baseadas nessa perspectiva, diversas pesquisas representam a cidade nos Estudos Organizacionais (EOS) por meio das práticas e destacam assim, como “as maneiras de fazer” que produzem as organizações também produzem as cidades (FRANCO, OLIVEIRA, 2016; MENDES, CAVEDON, 2012; SARAIVA, CARRIERI, 2014, IPIRANGA, 2010; CAVALCANTI; BISPO; SOARES, 2015; SARAIVA, IPIRANGA, 2020). Assim sendo, partimos do alicerce comum aos estudos com abordagens baseadas em práticas organizacionais e sociais que buscam compreensões de acordo com as ações cotidianas e seus aspectos simbólicos (RECKWITZ, 2002), que são corporificadas, materialmente mediadas e organizadas ao redor de entendimentos práticos comuns (SCHATZKI, 2002).

Não obstante, a revelação das variadas maneiras de apropriação dos espaços urbanos nos permite enxergar práticas ordinárias, tensões e relações de força que (re)produzem os diferentes espaços/tempos em que vivemos e a importância da dimensão espacial nas relações materiais e sociais. Percebemos que as produções científicas se restringem a reconhecer apenas fios, fragmentos distintos de um tecido social urbano, sem oferecer entendimentos combinados a partir de entrelaçamentos possíveis de práticas urbanas que, em conjunto, (re)produzem a cidade. Esse aspecto fragmenta a compreensão acerca da teia organizacional inerente às maneiras de fazer as cidades,

resultando na problematização deste estudo: Como a produção científica sobre os espaços urbanos (re)produzem as cidades nos EOS? Que cidade brasileira é essa? Em decorrência do problema proposto, o **objetivo** deste trabalho é discutir a (re)produção das cidades nos EOS nacionais a partir da produção científica sobre os usos dos espaços urbanos brasileiros. Entender a urbe a partir de seus usos nos permite atribuir novos significados à ideia de cidade.

Realizamos uma revisão sistemática de literatura, por meio de pesquisa com base na produção científica na área da administração dos últimos 16 anos, período entre 2004 e 2020, nas bases: Scielo, Spell, Scopus e Web of Science, o período selecionado se deu em função do marco teórico ocorrido em 2004, a partir da proposição teórica de organização-cidade de Mônica Mac-Allister. A busca foi realizada com base nas palavras, Cidade(s), Espaço(s) Urbano(s), Prática (s) Urbana (s) procuradas nos tópicos: palavras-chave, resumo e título. A análise dos artigos se preocupou com os entendimentos sobre cidades, especificamente, a partir de três quesitos: Espaços Urbanos, Praticantes Ordinários e Práticas Organizativas.

Para construir a paisagem desta pesquisa, primeiramente, recorreremos a estudos organizacionais e espaciais, cujas noções entremeadas possibilitam uma visão dos elementos teóricos sobre as cidades nos estudos organizacionais. Em seguida, registramos nossa trajetória metodológica e, posteriormente, debates sobre a produção científica de cidades e suas implicações possíveis.

## **ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, PRÁTICAS URBANAS E CIDADES**

<sup>4</sup> O termo Cidade Utópica foi usado por Certeau (1994) ao falar das cidades criadas nos planos urbanísticos, em um sentido relacionado à impossibilidade em se obter uma visão totalizante da urbe em função das complexidades e contradições inerentes ao fenômeno em si.

Diversas são as pesquisas que lidam com práticas culturais e a vida organizacional de forma entremeada e constroem compreensões específicas sobre os fenômenos organizacionais como construções sociais (WEBER, DACIN, 2011; WASSERMAN, FRENKEL, 2011). Tais estudos posicionam as práticas como uma ampla lente teórica e metodológica, vinculadas a entendimentos locais, interações cotidianas e relações sociais em curso (FINE, HALLET, 2014), dentro ou fora das organizações. Dessa maneira, adotando abordagens não limitadas às formas convencionais, os estudos reconhecem que a vida cotidiana nas organizações não é periférica (FINE, HALLET, 2014), mas pode ser fundamental para o entendimento de elementos simbólicos, possíveis processos que organizam estruturas maiores e novas formas de pensar a gestão (FANTINEL, CAVEDON, FISCHER, 2012).

Considerar as organizações a partir de seus processos e ações cotidianas implica na utilização de uma perspectiva processual e reflexiva (DUARTE, ALCADIPANI, 2016; CZARNIAWSKA, 2004, 2010, 2013) como base para a análise organizacional. A perspectiva do *organizing*, já abordada em EOS, revela a natureza processual das organizações, argumentando que elas podem ser melhor compreendidas se forem desnaturalizadas e estudadas não como entidades fixas, homogêneas e estáveis, mas a partir de seus processos e interações diárias em seu contexto de formação social (CZARNIAWSKA, 2004; 2010, 2013; DUARTE, ALCADIPANI, 2016). Tal abordagem permite a ampliação dos limites das investigações que passam a considerar processos organizativos diversos e não somente organizações convencionais e formais.

Para além das organizações convencionais, surgem estudos que envolvem as cidades tomadas como organizações sociais e espaciais (FISCHER, 1996a, 1996b, 1997;

CZARNIAWSKA-JOERGES, 1997). Tanto cidades como organizações apresentam traços de complexidade, diversidade, singularidade, pluralidade e contradição, em que um sistema multidimensional de atores articulados pelo cotidiano vivem compartilhando espaços comuns formando complexos conjuntos organizacionais (FISCHER, 1997). Contudo, o grande marco na produção científica nacional se deu em 2004, quando a pesquisadora urbanista Mônica Mac-Allister publicou um artigo, fruto de sua tese de doutorado, concluído poucos anos antes e propõe a organização-cidade como uma:

[...] organização social no que se refere a um conjunto de organizações sociais e indivíduos não organizados que se situa no tempo e no espaço, tem grandes dimensões e alta complexidade, processa coletivamente, e ainda que incorporando processos individuais e, continuamente, uma cultura, possui, como resultado desse processo, uma identidade cultural tanto relativa à totalidade da cidade quanto à gestão dessa totalidade. (MAC-ALLISTER, 2004, p.175).

Mac-Allister fundamenta sua tese com a tradicional suposição conceitual de cidades como “morada e lugar de encontro” (FISCHER *et al.*, 1997, p.74), justifica ao argumentar que, “o espaço parece continuar sendo sistematicamente ignorado no campo dos estudos organizacionais”(MAC-ALLISTER, 2004, p.178) e conclui sua proposta destacando a necessidade de valorização do espaço nos estudos organizacionais com a temática cidades e faz um convite para a comunidade acadêmica “ampliar a abordagem do objeto cidade como objeto de estudo” (MAC-ALLISTER, p.178).

A partir da obra de Mac-Allister (2004), essas abordagens de cidades como organizações sociais, apresentam compreensões espaciais e culturais específicas, permitindo um olhar organizacional da dinâmica urbana,

apontando caminhos possíveis para a observação da vida social organizada (SARAIVA; CARRIERI, 2012; IPIRANGA, 2009). Além disso, mostram processos e vínculos simbólicos constituídos nas práticas urbanas que associam fatores ligados à organização das cidades e às relações estabelecidas por seus praticantes (MENDES; CAVEDON, 2012).

Para entender a cidade e sua dinâmica urbana, é comum os estudos recorrem às noções de espaços urbanos como lugar praticado (CERTEAU, 1994; FRANCO; OLIVEIRA, 2016; MENDES; CAVEDON, 2012), considerado tanto como um local geográfico da ação, mas também como a possibilidade de se engajar na ação, cotidianamente, (GOTTDIENER, 1997) via práticas cotidianas (PALHARES; CARRIERI; OLETO, 2019). Dessa forma, muitas pesquisas entendem que a (re)produção das cidades acontece e só pode ser compreendida nos a partir dos espaços praticados, sendo esses os aspectos que tangenciam as relações cotidianas entre os diferentes membros dessa organização-cidade e servem de base para a análise e o debate da produção científica nacional, que objetiva esta pesquisa, conforme descrito na próxima seção.

## AS CIDADES E OS ESPAÇOS URBANOS

A organização dos espaços urbanos costuma ser estudada a partir de abordagens convencionais que privilegiam as técnicas urbanísticas de produção sociocultural; de planos diretores das cidades que postulam os espaços urbanos como algo meramente físico, um ambiente construído, um local fixo, neutro e imóvel que aproxima e distancia simultaneamente (GOTTDIENER, 1997). Essas abordagens são consideradas insuficientes para explicar a organização espacial contemporânea por se restringirem ao estudo da morfologia sem contemplar a organização social. Estudos que por estarem frequentemente

preocupados com o papel do Estado na construção e manutenção das cidades, evidenciam questões políticas, imobiliárias ou econômicas. Tais abordagens são criticadas por mistificarem a estrutura social, propondo uma falsa irreversibilidade da realidade, fundamentalmente a partir de relações de causa e efeito, que visam apenas institucionalizar o que pode ser feito e por quem (GOTTDIENER, 1997), pois buscam determinar que formas de relacionamento social é legitimada nesses espaços (FRANCO, OLIVEIRA, 2016; SARAIVA; CARRIERI, 2012).

Esta revisão busca reunir e debater a produção científica inserida em outra perspectiva, sob a qual a cidade e o espaço urbano são entendidos não como um objeto, “uma coisa que pode ser projetada com sucesso” (HARVEY, 2014, p. 61), nem como algo dado pela natureza (VILLAÇA, 2011), mas numa perspectiva processual como um acontecimento social que se dá a partir das práticas cotidianas e do espaço vivido (LEFEBVRE, 2008) e por isso de maneira integrada. Assim sendo, selecionamos estudos que partem de um mergulho no cotidiano da vida social, de modo a interpretar na invisibilidade das práticas aquilo que se encontra no consumo não passivo dos sujeitos às ordens estabelecidas, erguidas de um lugar próprio (CERTEAU, 1994).

Magnani (1998) enfatiza que a cidade pode ser observada e estudada a partir do ponto de vista daqueles que nela vivem e daqueles que dela se apropriam. Assim, a apropriação do espaço se relaciona com a maneira como o espaço é ocupado por artefatos (ruas, construções, cafés, bares e restaurantes etc.), atividades (usos do solo, transporte, comunicação, organização territorial etc.), indivíduos, grupos e comunidades (HARVEY, -2004). Essas formas de apropriação não são aleatórias nem o resultado de escolhas individuais (MAGNANI, 1998), mas constituídas nas invenções cotidianas que compõem o mapa da cidade. Aspectos esses que coadunam

com Certeau (1994), quando afirma que “o andar com os pés na cidade” recorta espaços urbanos e dão forma a novos espaços. Esse “andar” cotidiano resulta numa produção que se sobrepõe ao desenho oficial da cidade; “às vezes rompe com ele, outras vezes o segue, outras ainda não tem alternativa senão adequar-se” (MAGNANI, 1998. p.13).

Ao inserir a cidade em seus estudos, Certeau (1994) apresenta duas formas opostas para a compreensão da cidade, do “alto” e do “chão”. A posição a partir de cima, de quem sobe, estando no alto para olhar a cidade, tem o corpo fora do tecido urbano, fora das ruas se torna um ponto que observa o relevo superficial e se prende à ficção do saber se referindo, por exemplo, aos urbanistas. Assim, a visão do alto se coloca à distância ou, ainda, proporciona um olhar ingênuo de sobrevoo. Essa é a visão concebida pela administração da cidade, com suas estratégias econômicas e políticas, da mídia. Contudo é a partir dessa estratégia que as decisões em relação ao espaço urbano são tomadas (CERTEAU, 1994).

A posição oposta é a vista dos caminhantes, cujo corpo obedece aos cheios e vazios de um “texto” urbano que escrevem sem poder lê-lo. Assim, a visão do chão acessa o olhar do homem comum, ordinário, com suas práticas inventadas, trajetórias errantes e histórias anônimas. É a partir das práticas e apropriações do cidadão ordinário que se enxerga o invisível na cidade. Assim, Certeau (1994, p. 172) se posiciona criticamente acerca da cidade conceito, “instaurada pelo discurso utópico e urbanístico é definida por uma tríplice operação”. A saber: por uma organização meramente racional que permite realçar qualquer acometimento por poluição física, mental ou política.

Ao não adotar uma abordagem baseada em cidade-conceito, que se assemelha ao entendimento de cidade-coisa ou objeto cidade deslocamos nosso olhar para as práticas urbanas assim como fez Mendes e Cavedon (2012) ao observar as

atividades de camelôs no Mato Grosso do Sul. Neste estudo, pretendemos captar nos processos de apropriações, diferentes espaços constituídos nas práticas urbanas, que cidade é essa (re)produzida no campo dos estudos organizacionais, a partir dos aspectos metodológicos descritos a seguir.

## ASPECTOS METODOLÓGICOS

Uma revisão sistemática se desenvolve com base num processo constituído de sete fases que culminam em uma síntese rigorosa de todas as pesquisas relacionadas com uma questão específica (GALVÃO, SAWADA, TREVIZAN, 2004), tida como um importante recurso para guiar entendimentos práticos e identificar as necessidades futuras (BANNIGAN, K.; DROOGAN, J.; ENTWISTLE, 1997) e que já vem sendo utilizada nos Estudos Organizacionais (IGARASHI; IGARASHI; BORGES, 2015). “Que cidade é essa?” foi a pergunta que guiou esta revisão e serviu como ponto de partida do protocolo (GALVÃO, SAWADA, TREVIZAN, 2004) adotado como forma de compreender como a cidade é (re)produzida nos Estudos Organizacionais brasileiros.

A coleta de dados se dividiu em três etapas. Primeiramente, realizamos a pesquisa nos repositórios acadêmicos Scielo, Spell, Scopus e Web of Science com as palavras-chave: Cidade(s), Espaço(s) Urbano(s) e Prática(s) Urbana(s), procuradas nos tópicos: palavras chaves, resumo e título. A pesquisa de estudos na literatura possibilitou encontrarmos 51 artigos de diversas áreas. A segunda etapa consistiu em selecionar dentre esses estudos, os que se situam no campo de Estudos Organizacionais, restringindo a coleta de dados ao escopo deste artigo. A terceira etapa buscou ampliar e expandir as análises, desse modo, verificamos no currículo lattes dos autores de Estudos Organizacionais encontrados se existiam outras publicações que não apareceram na base de dados e que pudessem contribuir

para o questionamento norteador do artigo, “Que cidade é essa?” Com isso, foram selecionados 31 artigos científicos, teóricos e empíricos. Dentre eles, identificamos três artigos teóricos que foram publicados em revistas com qualis A2 e B4. Os artigos empíricos foram a maioria, totalizando 28 artigos publicados entre 2004 e 2020, com publicações do qualis A2 até B4. Observamos também que dos estudos empíricos, 12 utilizam Certeau (1994) como aporte teórico para análise e compreensão das cidades, a partir da cidade praticada por meio da visão do outro.

Após a leitura completa dos 31 artigos, partimos de uma avaliação crítica dos estudos, e selecionamos 15 artigos que articulam os espaços urbanos e seus praticantes, a partir de uma perspectiva reflexiva, com foco de análise nas práticas cotidianas enquanto processos de organização social. Agrupamos as análises em seis “cidades” encontradas na cidade: a capitalista: poder, diversidade e desigualdade; a híbrida: entre o público e privado; a elitista: segregação e exclusão social; a antidemocrática: segregação social das diferenças; a amigável: sociabilidade e resistência; a artificial: racismo e preconceito. Após a seleção da produção, conforme os critérios citados acima, realizamos uma análise qualitativa do conteúdo das publicações, selecionando artigos que discutissem os três aspectos interligados: Espaços Urbanos, Praticantes Ordinários e Práticas Organizativas. Nas análises, buscamos primeiramente compreender como se deu a apropriação dos espaços urbanos em cada um dos lugares pesquisados, seus fundamentos teóricos e em seguida nos concentramos em construir sínteses dos dados com aproximações de elementos subjacentes em tais processos de apropriações, a fim de promover o debate sobre a (re)produção dos espaços urbanos na área.

## QUE CIDADE É ESSA? COMO A CIDADE É (RE)PRODUZIDA EM PUBLICAÇÕES NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS BRASILEIROS

Utilizando como base a definição de Santos (2002) em que o espaço é entendido como a forma pela qual os indivíduos sistematizam sua relação com o mundo, analisamos especificamente como se deu a apropriação dos espaços urbanos nos EOS. Compreendemos essas apropriações como as “maneiras de fazer” na perspectiva certeuniana pelos usos dos sujeitos em suas relações com o mundo. Entendemos que essa concepção espacial que ultrapassa os limites físicos desafiando fronteiras geográficas em um imbricamento material e simbólico permite uma visão integrativa com as diferentes dimensões espaciais que conjuntamente articulam um complexo mosaico onde buscamos encontrar apropriações que produzem diferentes conceitos na tentativa de explicar o conceito “cidade”. Apresentamos a seguir resultados de nossa seleção e análises. Iniciamos separando os trabalhos em categorias espaciais, conforme o exposto.

### A Cidade Capitalista: Poder, Diversidade e Desigualdade

Unificamos as análises dos textos sobre centros comerciais e camelôs com base em seu aspecto comum, a função comercial. A dinâmica da cidade de Porto Alegre foi objeto de estudo de Figueiredo e Cavedon (2012) que, a partir de um centro comercial, investigaram interações de pessoas e equipamentos urbanos. O centro comercial investigado incorpora ampla variedade de grupos sociais, os intitulados *cults*, homossexuais maduros, jovens, *punks*, emo, e o grupo de idosos que interage e utiliza o espaço de formas distintas e que, muitas vezes, extrapola a concepção inicial da organização chegando a contrariar sua lógica funcional. As autoras

propõem que as organizações são equipamentos da cidade que podem ser apropriadas como espaço de lazer e de convivência de grupos diversos, ressaltando o quão distintas podem ser as maneiras de fazer o uso de espaços organizacionais por cada grupo, denotando a coexistência de diferentes estilos de vida e comportamentos que organizam os equipamentos urbanos.

Os camelôs foram foco de análise para Mendes e Cavedon (2012) que buscaram, na apropriação de espaços urbanos, revelar a dinâmica das práticas espaciais de camelôs. Ao realizarem uma revisão sobre artigos com essa temática, as autoras observam que estas apropriações se deram em função de práticas como o forte atributo identitário desses sujeitos que, ao serem denominados camelôs, lidam com o símbolo pejorativo da palavra – nomenclatura ligada a sujeitos que carregam suas mercadorias, assim como camelos no deserto (GOULARTE, 2008). Para lidar com esse aspecto desfavorável, utilizam-se de estratégias de ressignificação da profissão para comerciantes, buscando regularização das atividades burocráticas como assinatura da carteira de trabalho de empregados, registro de microempresa, pagamento de impostos, entre outras. Outra forma de apropriação dos espaços acontece pelos circuitos de camelotagem, via relação articulada do trabalho entre camelôs e outros profissionais com atividades relacionadas a movimentação de mercadorias, desde seus fornecedores no Paraguai até o ponto de venda, no caso específico Presidente Prudente e Marília, SP (RODRIGUES, 2008). As autoras evidenciam que os aspectos simbólicos das práticas e as peculiaridades da região (re)produzem papéis diferenciados aos camelôs, em relações assimétricas de poder existentes nas práticas cotidianas.

O trabalho de Saraiva, Carrieri e Soares (2014) se diferencia inicialmente pela metodologia utilizada, ao realizarem análise do discurso francesa para compreender as relações entre territorialidade e identidade no ambiente

organizacional. Os autores usam a noção de espaço ligada à paisagem, e associam a noção de território ao conceito de lugar de Augé (2004), relacional e histórico, de modo que é no território que acontecem as disputas de poder e os modos de resistência. O aspecto simbólico também é utilizado pelos autores, não se prendendo somente a elementos concretos, mas também na sua representatividade simbólica. Assim, tomam o mercado central de Belo Horizonte por objeto de estudo, lugar de múltiplas práticas (e praticantes). A dinâmica cotidiana extrapola as funções iniciais do território, criando uma distinção entre dominantes e dominados – aspecto habitual que cria territórios em constante disputa entre grupos desiguais. A busca pelos interesses do próprio, modifica a concepção do território no mercado, causando conflitos e resistência de determinados grupos. São explorados três territórios nos discursos: elemento duradouro (território da paróquia), elemento distintivo (território do comércio) e elemento central (território do escritório). É a relação entre os três elementos que gera um cotidiano conflituoso, mas que resiste em busca de um “bem maior”: o funcionamento e a sobrevivência do mercado central de Belo Horizonte/MG.

Consideramos que os três artigos apresentam a cidade como um campo de disputa, por meio da diversidade de usos e significados analisados através dos espaços organizacionais de sociabilidade intensiva, “que são aqueles cuja razão de ser sustentase, basicamente, nas práticas de interação nelas ocorridas” (FANTINEL, 2016, p. 146), mesmo quando não evidenciam explicitamente esse aspecto. Enquanto o centro comercial (FIGUEIREDO; CAVEDON, 2012) é visto como um espaço fixo que tem sua função modificada por grupos sociais diversos ao longo do tempo, o camelô (MENDES, CAVEDON, 2012) é visto como uma prática urbana, dinâmica e instável, nesse caso, fortemente relacionada a aspectos identitários dos praticantes. Conforme ilustrado como “camelos” do

deserto por carregarem suas mercadorias nas costas, os diferenciando simbolicamente daqueles tidos como comerciantes. Já o mercado central (SARAIVA; CARRIERI; SOARES, 2014) revela a existência da diversidade e disputa dos territórios relacionadas a questões identitárias e simbólicas.

Outro aspecto comum aos artigos é a menção ao capitalismo neoliberal enquanto produtor de distintas cidades inseridas nas cidades, seja como manifestação da organização social e espacial, produtora de desigualdades (FIGUEIREDO; CAVEDON, 2012); ou pela cidade dual, que possibilita manifestar as categorias ao mesmo tempo marginalizadas e articuladas (MENDES; CAVEDON, 2012); ou ainda no discurso silenciado dos praticantes que esconde a existência de “Poder, conflito, dinheiro, lucro e outros aspectos próprios da territorialidade capitalista” (SARAIVA; CARRIERI, SOARES; 2014, p. 114), na qual a segregação política é produto esperado pelo sistema capitalista.

Assim sendo, ao mobilizar o protagonismo de diferentes grupos minorizados politicamente (camelôs, *punks*, *emos*, homossexuais) mais do que visibilizar a diversidade e desigualdade nas apropriações dos espaços urbanos, tais estudos, desvelam distintas lógicas organizativas que contrariam a lógica funcional hegemônica capitalista, presente nos espaços de comércio. Conjuntamente, esses estudos nos provocam (re)pensar o conceito de cidade capitalista. São movimentos que revelam experiências espaciais e identitárias potentes, que inserem negociações identitárias e estratégicas dessas mesmas populações, tidas por marginais ao capitalismo, ao mesmo tempo formam distintas políticas de produção dos espaços capitalistas de comércio em seus próprios termos.

Desse modo, com os praticantes ordinários, esses pesquisadores e seus estudos, mais do que materializar nos

estudos organizacionais extrapolações nas dinâmicas urbanas vividas, desvelam práticas cotidianas que formam políticas de produção e ocupação dos espaços urbanos. Com efeito, indicam relevantes caminhos, pelos quais produções de pesquisa organizacional podem ser mais inclusivas com diferentes indivíduos, oferecendo importantes pistas para repensar as lógicas capitalistas dominantes e oferecem caminhos para novos pensamentos com processos organizativos mais democráticos.

### **A Cidade Híbrida: Entre o Público e o Privado**

A partir de estudos nos/dos “espaços intermediários” urbanos, situados entre o privado (casa) e o público (rua) - tais como, bares, cafés, espaços boêmios e restaurantes revelam relações entre modos de sociabilidade e significados que indicam como produzem e conferem significados às cidades (IPIRANGA, 2010). Além disso, a partir do desenvolvimento de sociabilidades há o estabelecimento de vínculos entre os diferentes sujeitos e a cidade que estão constantemente modificando a própria cidade. Tais formas de apropriação das e nas cidades revelam o que acontece nas “experiências de rua” (MAGNANI; TORRES, 1996). São estudos que traduzem ainda maneiras de ocupar e recriar a cidade a partir de atividades e movimentos diários na “invenção do cotidiano” (CERTEAU, 1994), destacam assim, a cidade como um sistema complexo que reúne formações sociais, nas quais são incorporadas práticas e apreciações do tempo e espaço. Um emaranhado de práticas se entremeia com a memória da cidade, fazendo dela um quebra-cabeça em permanente reconstrução.

Ipiranga (2010), realizou uma etnografia envolvendo espaços intermediários de três bairros de Fortaleza (Meireles, Varjota e Aldeota), dentre os mais cobiçados para habitação e negócios, localizados em espaços considerados

“nobres” por parte significativa dos cidadãos. O estudo revela como a apropriação de espaços intermediários é direcionada para que seus usos sejam com fins de sociabilidade produtiva e de lazer. Aponta também para novas identidades, baseadas em hibridismos culturais, preservando resquícios de populações nativas e novos fluxos. Esses fluxos caracterizam e moldam espaços inovadores da “moderna” transitoriedade da cidade de Fortaleza, atraindo antigos e novos moradores. Ipiranga traz para produção científica a cidade de Fortaleza, reproduzida como um espaço de interação e hibridismo, descrevendo os significados culturais atribuídos aos espaços intermediários, o que permitiu tecer reflexões sobre a gama de sensações e práticas sociais possíveis na urbe.

Fantinel e Cavedon (2010) investigam aspectos simbólicos em representações sociais nos/dos espaços urbanos de alimentação da cidade de Porto Alegre, desvendando significados identitários e características de transitoriedade no coração do centro histórico da urbe. Utilizam a TRS - Teoria das Representações Sociais (MOSCOVICI, 2009; JODELET-2001) - para desvelar representações sociais de espaço e tempo presentes no cotidiano do restaurante Chalé da Praça XV. Ao desenvolverem um estudo etnográfico, apresentam o espaço do restaurante como um vetor das interações sociais (FISCHER, 1997) e um lugar constitutivo de aspectos identitários, relacionais e históricos (AUGÉ, 2004). Fantinel e Cavedon (2010) verificam empiricamente que a apropriação do espaço ocorre em função de vínculos com a história do Chalé, que se mistura com a história da cidade de Porto Alegre. Tais vínculos são, frequentemente, estabelecidos a partir dos clientes antigos que vivem nesses espaços há décadas, constituindo este também como espaço de memória. O artigo destaca a importância do tempo e do espaço como categorias na análise organizacional e aspectos simbólicos associados à

identificação, relacionamento e história inerentes ao espaço intermediário do restaurante histórico, desvelando reproduções do cotidiano do restante da cidade de Porto Alegre.

Com base em observações participantes sobre os significados organizacionais e urbanos de organizações-café localizadas no Brasil, Argentina e França, Fantinel e Fischer (2012) evidenciam modos de sociabilidades urbanas características, situadas em suas épocas e adaptáveis aos contextos urbanos a que pertencem. As autoras recorrem a espaços contemporâneos de sociabilidade intensiva, pois compreendem que estes evidenciam diferentes tipos de interações e sociabilidades representativas nos contextos urbanos. Dessa forma, revelaram sociabilidades como práticas produtoras de diferentes espaços caracterizados por hibridismo e complexidade, tecidos entre diferentes épocas, contextos culturais, aspectos identitários e simbólicos.

Nesses estudos, o destaque fica por conta das apropriações que perpassam a construção e manutenção dos vínculos sociais entre clientes, frequentadores, cidadãos e funcionários que por meio de memórias, vínculos históricos produzem diferentes conceitos na tentativa de explicar o conceito “cidade”, seja nos espaços intermediários boêmios de Fortaleza, nos espaços de alimentação de Porto Alegre ou nas organizações-café localizadas no Brasil, Argentina ou França onde os entendimentos da categoria tempo e espaço nessas urbes só foi possível por meio das sociabilidades e os vínculos sociais praticados num cruzamento entre público e o privado, configurando o conceito de cidade híbrida.

### **A Cidade Elitista: Segregação e Exclusão Social**

Interessados nas relações entre excluídos e inseridos socialmente nos espaços urbanos o estudo de Medeiros, Valadão e Ferreira (2011) verifica como a

produção de espaços de elite, como condomínios fechados, têm sido utilizados como fonte de segregação, diferenciação e exclusão em cidades brasileiras. Para implementar esses espaços, as classes mais altas se apropriaram da lógica do gueto, de quilombos e de comunidades que são palco de resistência e inclusão social para criarem mais um dos inúmeros espaços urbanos em que as relações de poder materializam como usuários somente os mais ricos. Desse modo, as autoras denominam como “guetos de elite”, o universo simbólico e fora da realidade brasileira que os condomínios de luxo criam na cidade, um espaço de práticas excludentes e segregadoras que busca a sociabilidade entre iguais e rechaçam a heterogeneidade social existente nas cidades brasileiras.

Os condomínios de luxo são constituídos por sistemas culturais e simbólicos e, desse modo criam uma identidade cultural do espaço organizacional, que transforma a urbe distanciando ainda mais grupos distintos e provocando um aumento da desigualdade social, fora e dentro do condomínio. Tamanha polarização acontece por regras próprias, por exemplo pela valorização dos moradores mais antigos e conseqüentemente desvalorização dos moradores mais novos, além de invisibilizarem corpos que também organizam esse espaço, como as porteiras, empregadas domésticas, babás, jardineiros, e demais profissionais que habitam e produzem os condomínios de luxo, juntamente com seus moradores.

### **A Cidade Antidemocrática: Segregação Social da Diferença**

As regras explícitas e implícitas da sociedade fazem com que tenhamos comportamentos semelhantes em espaços públicos, nos quais, as diferenças hierárquicas e sociais são temporariamente suspensas (ANDRADE, JAYME, DE

CASTRO ALMEIDA, 2009), por esse motivo optamos em analisar os artigos que tratam de espaço público juntos. Andrade, Jayme e Almeida (2009) abordam as mudanças nas formas de sociabilidade que acontecem em algumas praças públicas de Belo Horizonte, na qual os sujeitos buscam constantemente a convivência entre iguais. Por mais que exista um discurso referente à desocupação de ambientes públicos em decorrência de espaços privados (SENNETT, 1988; DAVIS, 1993; AUGÉ, 1994; SERPA, 2003, 2007), tendo a insegurança como principal justificativa, a pesquisa enfatizou a existência de uma relevante sociabilidade nas praças públicas da cidade. Porém, fica evidente a segregação socioespacial quando descrevem que existe uma busca por sociabilidades, desde que ocorram entre os considerados socialmente “iguais”, evitando o encontro com o diferente, o outro.

Santos e Soares (2017) identificam práticas de controle físico e simbólico nas ruas do centro de Belo Horizonte, observando uma arquitetura “antimendigo” tais como: grades inibindo determinados usos dos espaços públicos, placas de sinalização obrigando o fluxo de pedestres, guaritas de polícia atuando como tecnologia de vigilância e disciplina em regiões periféricas, câmeras em esquinas e praças estilo “olho vivo”. Tais medidas de controle afastam e excluem as pessoas em situação de rua em determinados territórios de modo a “transformar a cidade em um lugar opaco, sem vida, não voltado para encontros, nem convivência” (SANTOS, SOARES, 2017, p.1596). Essas práticas são realizadas não somente pelo poder público, mas por diversos atores sociais que se pautam em jogos de poder para delimitar e restringir espaços, seja por controle físico, simbólico ou morais.

Ambos os artigos abrem espaço para pensarmos sobre práticas de segregação urbana que produzem a diferença cotidianamente. Se a sociabilidade produz

significado à cidade (IPIRANGA, 2010) e revela práticas produtoras de espaços (FANTINEL, FISCHER, 2012), deve-se refletir sobre quais aspectos a ausência de sociabilidade manifesta na cidade. A não sociabilidade desvela um outro significado à cidade para os corpos que são dela excluídos ou que possuem maiores empecilhos para se relacionar com outros cidadãos e habitar a cidade com suas práticas produtoras ou transgressoras. Essa relação ocorre em espaços públicos (praças, ruas, avenidas) e privados (condomínios, shoppings, restaurantes), pois ao buscarem a convivência entre iguais, dificultam a convivência entre os diferentes. Consideramos então que, a não sociabilidade é uma das práticas segregadoras e excludentes que transformam a cidade em um espaço organizacional de desencontros e distanciamento, um lugar antidemocrático que está longe de ser de todos.

### **A Cidade Amigável: Sociabilidade e Resistência**

As dinâmicas de sociabilidade, poder, ocupação e institucionalização da urbe estão presentes nos estudos sobre feiras livres e hippies (CARRIERI; SARAIVA; PIMENTEL, 2008; DOMINGUES; FANTINEL, 2016; CALÍOPE *et al.*, 2016). Dentre eles, destaca-se o estudo da feira hippie de Belo Horizonte, que teve seu processo de institucionalização analisado longitudinalmente e organizado em cinco momentos temporais distintos (CARRIERI; SARAIVA; PIMENTEL, 2008). Em seu primeiro momento, revelou a feira como um espaço de vínculo identitário entre artistas, que teve seu primeiro período baseado na integração entre críticos de arte, artistas plásticos, artesãos com características relacionadas a elementos da cultura *hippie*. Essa produção do espaço urbano com atributos de caráter mais popular apresentou como comportamento territorial formas de ocupação simbólica que embasaram laços

de amizade entre os feirantes, cujo elemento comum era o fato de serem artistas, com o implícito pressuposto de que era necessária a criação de algo que não tivesse valor comercial. O desenvolvimento da pesquisa culminou no quinto período, em que as exigências econômicas e interferências do governo transformaram a feira em um espaço produzido pelo poder público, reduzindo vínculos sociais e identitários. Ao longo dos períodos de institucionalização da feira, o espaço urbano foi sendo transformado e alterado continuamente por modificações nas formas de sociabilidades locais. Na mesma direção, Coimbra e Saraiva (2013) também destacaram a sociabilidade e os laços entre amigos materializados pela vontade de se reunir (no caso pelo prazer de ouvir e dançar a *soul music*) como princípio organizativo no processo de territorialização do espaço urbano conhecido como Quarteirão Soul na cidade de Belo Horizonte. Ao indicarem essas práticas de apropriação e territorialização em uma organização-cidade, chamaram atenção dos leitores de modo provocativo ao questionarem em suas considerações finais de que forma é possível planejar e desenvolver políticas de produção espacial urbana, de modo restrito aos limites geográficos sem levar em consideração os comportamentos territoriais e os diferentes usos que os indivíduos fazem da cidade.

Enquanto Carrieri, Saraiva e Pimentel (2008) analisaram o processo de institucionalização da feira, Coimbra e Saraiva (2013) argumentaram acerca do comportamento dos indivíduos como modo de produzir coletivamente espaços urbanos, Domingues, Fantinel e Figueiredo (2016) buscaram compreender de que forma o espaço organizacional da Feira de Artesanato e Artes da Praça dos Namorados, em Vitória, Espírito Santo acontece no entrecruzamento dos espaços concebido e vivido – conceitos de Lefebvre (2006) – por diferentes sujeitos que fazem uso desse espaço urbano. Elas compreendem o organizar da feira como

composto por práticas temporárias, provisórias, com manifestação constante de relações assimétricas de poder, que acabam gerando resistência e enfrentamento no cotidiano desse espaço organizacional. Percebem ainda a coexistência de forças de harmonia e afinidade, que evidenciam o entrelaçamento entre espaço concebido e vivido da feira, uma espécie de revezamento de concepções de espaço, gerando um constante movimento que ora privilegia uns sujeitos, ora outros. No sentido de aproximar a compreensão dos espaços das duas feiras, Feira *Hippie* de Belo Horizonte (CARRIERI; SARAIVA; PIMENTEL, 2008) e Feira de Artesanato e Artes da Praça dos Namorados, em Vitória (DOMINGUES; FANTINEL, 2016) identificamos que esses espaços organizacionais possuem dinâmicas constantes de apropriação, relações de poder e resistência. E, apesar de serem considerados espaços de sociabilidade intensiva, nos quais o objetivo organizacional é perpassado pelo capitalismo, com o foco no comércio de produtos, a sociabilidade entre os sujeitos (poder público, clientes, feirantes, passantes etc.) é aspecto central e comum nesses espaços, possibilitando laços de coleguismo e amizade.

Para além dessas dinâmicas espaciais, a territorialidade fica evidente quando diferentes grupos de indivíduos impõem sentidos (laços de amizade, relações com algo extra valor comercial, harmonia) aos espaços ocupados, que a princípio, seriam públicos. Desse modo, é possível visualizar esses espaços como construções sociais, ao invés de percebê-los de modo objetivo e pré-determinado, e assim, faz sentido incluir nessas análises as intervenções dos indivíduos na construção desses lugares, pois um espaço não existe sem sujeitos (LACERDA; MELLO, 2020) que, por meio das maneiras de fazer, gestos, expressões, interações constituem e dão movimento aos espaços (CERTEAU, 1994).

Por fim, tais estudos indicaram relações possíveis entre a categoria espaço e a mobilização de vínculos sociais e afetivos entre esses diferentes indivíduos, revelando uma dimensão afetiva dos espaços urbanos praticados. A compreensão desse mundo vivido, perpassa por explorar em algum sentido a subversão dessas práticas comerciais (feiras) ao inserir a dimensão afetiva como uma força que harmoniza e organiza afinidades identitárias ao mesmo tempo que relações assimétricas de poder são manifestadas. Com efeito, ao invés de excluir, segregar ou negar comportamentos territoriais permeados por vínculos sociais tais quais a cidade antidemocrática organiza, acaba possibilitando laços de coleguismo e amizade com sujeitos sociais desiguais, revelando que, mesmo de modo temporário, o conceito de cidade amigável emerge e resiste com tais apropriações.

### **A Cidade Artificial: Racismo e Preconceito**

Separamos esses dois textos para análise porque ambos falam especificamente de *shopping center*, estratégicos espaços urbanos e não coincidentemente, ambos articulam racismo e preconceito, ao estabelecer relações violentas com jovens pretos e periféricos nesses espaços que se pretendem destinados somente a específicos grupos sociais. Desse modo, demonstraram como o corpo, especificamente por meio da cor da pele, afeta o acesso e experiência espacial de determinados grupos sociais. Nascimento *et al.* (2015), analisam os discursos de usuários de redes sociais referentes a uma imagem que circulou em redes sobre o perfil dos frequentadores dos *shoppings* em Belo Horizonte. Essa análise demonstra dois aspectos principais: relações raciais e segregação socioespacial nas organizações em relação ao corpo negro racializado. O espaço e lugares organizacionais são vistos como uma construção social que reflete

dinâmicas sociais extensas, reproduzindo as mesmas características de segregação vistas na sociedade no contexto organizacional. No caso de *shopping centers*, a segregação existe porque está implícito qual parcela da sociedade interessa que frequente este lugar de consumo intenso.

Em outro trabalho, Nascimento *et al.* (2016) buscam apreender em discursos midiáticos a respeito dos chamados “rolezinhos” de jovens (em geral, indivíduos marcados socialmente, com corpos negros e periféricos), em *shopping centers* também na cidade de Belo Horizonte, que também naturalizam a utilização de determinados corpos como vetores de práticas de reprodução da segregação social. Os autores reforçam o entendimento de que o espaço urbano é construído socialmente, mas acrescentam que as cidades são palcos práticos e discursivos, constitutivos de dinâmicas de segregação social. Para os praticantes, os “rolezinhos” são práticas reativas de resistência de jovens periféricos que ressignificam esses espaços organizacionais.

Ambos os artigos são escritos pelos mesmos autores e utilizam a análise francesa do discurso em suas análises. Porém, notamos algumas diferenças nas análises, pois enquanto Nascimento *et al.* (2015) focam em analisar os discursos dos usuários de *shoppings*, o outro analisa os discursos da mídia acerca do fenômeno “rolezinhos”. Tanto as práticas de resistência quanto a reprodução da segregação social colaboram na produção de questionamentos sobre os limites desses espaços organizacionais urbanos e suas características público-privadas (re)produtoras de aspectos estruturais da sociedade, tais como o preconceito e o racismo percebidos nos *shoppings* (FANTINEL; FISCHER, 2012). Os estudos revelam que o corpo é um produtor dos espaços organizacionais urbanos. Ao assumirmos isso teoricamente, contribuímos para o debate de Dale (2001) que considera o corpo uma presença ausente

nos estudos organizacionais. Apesar de diversos estudos que constituem essa revisão sistemática deixarem implícito que os espaços são praticados por corpos, que possuem cor, sexo, gênero, e diversos aspectos materiais que os caracterizam (sendo esses o lado presente), os estudos não situam os corpos como vetores organizadores relevantes dos espaços urbanos, relegando-os ao segundo plano do debate (sendo esse o lado ausente). E nos fazem pensar o conceito de cidade artificial por meio das dinâmicas de racismo e preconceito que, de modo estratégico, buscam organizar espaços artificiais, numa lógica higienista, somente com a presença de corpos hegemônicos, e para tal excluem, precarizam e hierarquizam diferentes corpos com as experiências espaciais vividas nos shoppings.

## DEBATE E CONSIDERAÇÕES ACERCA DA (RE)PRODUÇÃO DE ESPAÇOS DAS E NAS CIDADES

Procuramos centrar nossas análises dos artigos a partir de uma perspectiva processual partindo do mundo vivido nas/das cidades (nos diferenciando de abordagens sobre cidades), fazemos isso, especificamente, baseados em três quesitos interligados: Espaços Urbanos, Praticantes Ordinários e Práticas Organizativas. Dessa forma, além de dialogar com estudos sobre a temática cidades, buscamos dialogar com estudos que reconhecem a centralidade da categoria analítica, espaço para compreensões organizacionais.

Dentre esses estudos, Weinfurter e Seidl (2018) oferecem uma visão sistêmica da produção internacional sobre espaço organizacional que atualiza o texto seminal de Taylor e Spicer (2007). Nesta revisão os autores agrupam os trabalhos em três conceituações de espaço: espaço como limite; espaço como distância e espaço como movimento e concluem a revisão revelando que o campo dos espaços

organizacionais se concentra em um ou dois desses elementos, com raros estudos abordando as três dimensões simultaneamente. Nota-se, ao mesmo tempo, argumentos com o fenômeno empírico, que engloba as três dimensões na pesquisa. Ao trazermos essas reflexões para a produção nacional percebemos que os trabalhos analisados utilizam o fenômeno empírico cidades, e, ao lançarem mão da dimensão existencial do espaço com Certeau, mostram uma importante avenida pela qual novos estudos espaciais podem articular entendimentos de modo integrativo, em que a experiência espacial é experimentada sob as três categorias mediadoras de práticas, praticantes e espaços, como expomos neste artigo. Desse modo, nossa discussão sobre a (re)produção nacional sobre cidades pode contribuir de modo mais amplo para o debate espacial com práticas de rompimento com as classificações de Weinfurtnner e Seidl (2018).

Além de contribuir com o debate da categoria analítica espaço, a avenida certauniana possibilita que se desvelem experiências espaciais pela abordagem das práticas, nos fornecendo importantes pistas sobre como a dimensão existencial dos espaços urbanos, com as vivências de praticantes ordinários, são materializadas nos estudos organizacionais. Refletir com esse mosaico de experiências espaciais vividas nos faz questionar a tradicional suposição conceitual de cidade como “morada e lugar de encontro” (FISCHER et al, 1997, p.74), sendo esse um conceito fundamental apropriado por Mac-Allister (2004) em seu trabalho considerado um marco nos estudos organizacionais com cidades que funcionam como uma espécie de metáfora, mesmo que de modo implícito, presente em muitos estudos com a temática cidades. Os diferentes trabalhos presentes nesta revisão nos mostraram que a cidade não é um espaço de encontros e moradas para todos. Com a dimensão existencial do espaço habitado, como as vivências

espaciais nos mostram, muitos espaços urbanos são organizados para negar e evitar determinados encontros. Diferente do que essa suposição em torno da metáfora de cidades como “morada e lugar de encontro” nos sugere de modo acrítico, a presença nos espaços urbanos é materialmente organizada para específicos encontros entre determinados indivíduos e desorganizada para outros, um processo situado na dinâmica das interações, situação em um contexto físico, simbólico, mas que não se dá sem corpos. Ao contrário, os corpos organizam as vivências espaciais, seja para aqueles que terão corpos presentes naturalizados ou não. Frequentemente, as práticas espaciais localizam no corpo um importante vetor conceitual de produção espacial.

Em termos conceituais, os resultados mostram com diferentes apropriações, que a tentativa de explicar o conceito cidade implica, em alguma medida, situar o organizar da cidade como prática material, por isso corporificada (BEYES; STEYAERT, 2011) e fornecem pistas para problematizarmos acerca da invisibilidade de corpos nos estudos, que consideramos uma presença ausente. Assim, com a materialidade das práticas espaciais, como uma lente vital e necessária, propomos com fundamentos certaunianos acerca do espaço existencial, uma agenda futura de pesquisas com experiências espaciais no campo de cidades sem negligenciar a presença dos corpos. Corpos esses que expressam gênero, sexualidade, classe e são racializados e produzidos espacialmente nas relações praticadas nos espaços urbanos, que interagem material e simbolicamente.

Na busca de explicar o contexto urbano e gerar entendimentos sobre o conceito “cidade”, analisamos os usos de diferentes espaços urbanos presentes na produção científica e, a partir de uma perspectiva reflexiva, encontramos apropriações que produzem entendimentos diversos sobre cidade. Para isso, recorreremos

aos fundamentos teóricos mais relevantes (discurso, relações de poder, enfrentamentos, resistências, concepções sociais, linguagem, materialidade, intencionalidade da ação, incorporação de significados, entre outros) o que nos permitiu tecer compreensões acerca do contexto social, enquanto produtor, reproduzidor e transformador de significados culturais, a partir da categoria analítica “espaço”, e dessa maneira conciliando a proposta de estudos das práticas cotidianas como um novo olhar para o processo social de organização. Com efeito, esperamos que tais análises deste trabalho possam contribuir aos EOS amparados por uma perspectiva cultural.

A impossibilidade de determinação de um conceito único que abarque as mais variadas cidades presentes nos estudos denota a complexidade dos espaços urbanos. Procuramos demonstrar “que cidade é essa?” com base nos estudos que partem da perspectiva dos praticantes. O que encontramos é a existência de muitas cidades que coabitam nas cidades. A “paisagem” formada pelas pesquisas aqui analisadas configura diferentes quadros que evidenciam relações assimétricas de poder, transformações culturais, crises institucionais e tensões sociais, reveladas nas estratégias e táticas cotidianas dos sujeitos como forma de existir e resistir em territórios das cidades. Em outras palavras, os estudos confirmam interesses dessas produções por criações anônimas, precípuas e não capitalizadas, mas que se viabilizam por enxergar, nas operações dos praticantes, mecanismos de resistência forjados pelos usos que fazem daquilo que lhe é imposto.

Este trabalho, ao concentrar suas investigações nas “maneiras de fazer” com as cidades, procura uma apropriação que produza diferença de entendimentos funcionalistas sobre o urbano na área da Administração. Desvelamos aspectos acerca de como se insinuam tacitamente

como um estilo de invenções técnicas e de resistência moral, por meio do qual é possível confrontar limites impostos por pesquisas quantitativas, em oposição às tentativas de uniformizar o território que apenas oferece um modelo para a gestão dos cidadãos. Ao considerar estudos que utilizam abordagens não dominantes e processuais para entender cidades, seguimos as proposições de Certeau (1994), deslocamos nosso entendimento da cidade-conceito para as práticas urbanas. Quando partimos das práticas sociais ultrapassamos tentativas improdutivas de homogeneização, expandindo o conceito de cidade para “mil maneiras de jogar/defazer o jogo do outro” (VIDAL, 2005, p.275) em variadas e criativas reapropriações dos espaços urbanos por grupos sociais distintos.

Não obstante, alguns desses estudos deixam claro que, na esfera do urbano, continua-se procurando legitimar, por meio, por exemplo, do planejamento urbano para justificar ações de gentrificação<sup>5</sup> [i] e higienização de áreas públicas (ex.: praças), da criação de espaços de elite ou de exclusão (ex.: *shopping centers* e condomínios fechados) a produção e reprodução dos mecanismos necessários a manter exclusividade do direito de uso dos espaços apenas por determinados grupos econômicos. Por fim, questões relativas à conexão entre as apropriações dos espaços urbanos e as formas de sociabilidade manifestadas assinalam a íntima relação entre as cidades contemporâneas e a economia capitalista. Nesse sentido, a produção dos espaços na urbe não se dá de modo homogêneo, mas sim em função das respostas aos movimentos de fragmentação social da população. Um processo que resulta no aprofundamento de diferenças identitárias, mas que também propicia certa multiplicidade de territórios em função do consumo de bens econômicos e culturais relacionado às práticas sociais de grupos, sejam eles praticantes em bares,

<sup>5</sup> Utilizamos a compreensão de ações de gentrificação nas cidades de acordo com Wacquant (2010).

restaurantes, cafés ou de feiras livres, *hippies*.

Esta pesquisa busca contribuir no resgate de trabalhos que deslocam o olhar do desenvolvimento urbano para a visão centrada em como os habitantes/praticantes recriam os espaços em seus usos e práticas cotidianas, no viver nas/com as cidades, e nas/com as múltiplas redes urbanas em efeitos visíveis nas formas de sociabilidades descritas em publicações científicas nacionais. Podemos dizer ainda que a cidade (re)produzida nos EOS não é apenas constituída por espaços urbanos no sentido de Simmel (2006), mas sim, algo que existe a partir da ação recíproca da interação entre as práticas dos sujeitos e as práticas de organização das/nas cidades em diferentes territórios em constante tensionamento. Sugerimos estudos futuros que ampliem as análises teóricas fora do escopo dos Estudos Organizacionais como, por exemplo, em áreas como Turismo, Antropologia, Arquitetura e Urbanismo, Ciências sociais, Psicologia entre outras áreas, que possam revelar novas e diferentes compreensões sobre a cidade praticada, vivida e sua corporeidade, nas mais variadas invenções cotidianas dos sujeitos na (re)produção da urbe.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, L. T.; JAYME, J. G.; DE CASTRO ALMEIDA, R. Espaços públicos: novas sociabilidades, novos controles. **Cadernos metrópole**, n. 21, p. 131-153, 2009.
- AUGÉ, M. Não-lugares. **Papirus Editora**, 1994.
- BANNIGAN, K.; DROOGAN, J.; ENTWISTLE, V. Systematic reviews: what do they involve?. **Nursing Times**, v. 93, n. 18, p. 52-53, 1997.
- BEYES, Timon; STEYAERT, Chris. Spacing organization: Non-representational theory and performing organizational space. **Organization**, v. 19, n. 1, p. 45-61, 2011.
- CARRIERI, A. P.; SARAIVA, L. A. S.; PIMENTEL, T. D. A institucionalização da feira *hippie* de Belo Horizonte. **Organizações & Sociedade**, v. 15, n. 44, p. 63-79, 2008.
- CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano 1: artes de fazer**. Petrópolis, Vozes, 1994.
- CALÍOPE, Thalita Silva *et al.* A institucionalização da Feira de Artesanato da Beira Mar em Fortaleza, Ceará. **Gestão & Regionalidade**, v. 32, n. 94, 2016.
- CAVALCANTI, E. D. C.; BISPO, M. S.; SOARES, L. C. Praia, Sol e Mar: Um mergulho na compreensão da Orla Marítima de João Pessoa (PB) como Organização. **Gestão & Regionalidade**, v.31, n. 92, 2015.
- COIMBRA, K. E. R.; SARAIVA, L. A. S. Territorialidade em uma organização-cidade: o movimento quarteirão do *soul*. **Gestão & Regionalidade**, v. 29, n. 86, 2013.
- CZARNIAWSKA, B. Narratives in social science research. **Sage**, 2004.
- CZARNIAWSKA, B. Translation impossible? Accounting for a city project. **Accounting, auditing & accountability journal**, v. 23, n. 3, p. 420-437, 2010.
- CZARNIAWSKA, B. Organizations as obstacles to organizing. In: **Organization and Organizing**. **Routledge**, p. 27-46, 2013.
- CZARNIAWSKA-JOERGES, B. Learning organizing in a changing institution order: examples from a city management in Warsaw. **Management Learning**, London, v. 28, n. 4, p. 475-495, 1997.

DALE, Karen. The Body and Organisation Studies. In: **Anatomising Embodiment and Organisation Theory**. Palgrave Macmillan, London, p. 8-31, 2001.

DAVIS, M. Cidade de quartzo: escavando o futuro em Los Angeles, **Scritta**. São Paulo, 1993.

DOMINGUES, F. F.; FANTINEL, L. D.; FIGUEIREDO, M. D. A feira como entrecruzamento de espaços: entre o concebido e o vivido, o praticado. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais**. Porto Alegre: 2016.

DUARTE, M. F.; ALCADIPANI, R. Contribuições do organizar (*organizing*) para os Estudos Organizacionais. **Organizações & Sociedade**, v. 23, n. 76, p. 57-72, 2016.

FIGUEIREDO, M. D.; CAVEDON, N. R. O espaço organizacional e o espaço da cidade: as diversas formas de apropriação física e simbólica de um centro comercial em Porto Alegre. **Gestão e Sociedade**, v. 6, n. 15, p. 227-253, 2012.

FANTINEL, L. D.; CAVEDON, N. R. A cultura organizacional do restaurante Chale da Praça XV em Porto Alegre: espaços e tempos sendo revelados. **RAM**, Revista de Administração Mackenzie, v. 11, n. 1, p. 6-37, 2010.

FANTINEL, L. D.; CAVEDON, N. R.; FISCHER, T. Produção de Significações do Espaço e Sociabilidade em um Café Artesanal de Salvador. **RIGS** - Revista Interdisciplinar de Gestão Social, v. 1, p. 51-74, 2012.

FIGUEIREDO, M. D.; CAVEDON, N. R. O espaço organizacional e o espaço da cidade: as diversas formas de apropriação física e simbólica de um centro comercial em Porto Alegre. **Gestão e Sociedade**, v. 6, n. 15, p. 227-253, 2012.

FANTINEL, L. D.; FISCHER, T. M. D. Organizações e Contextos Urbanos: Os cafés e as Sociabilidades. **Gestão e Sociedade**, v. 6, n. 15, p. 280-307, 2012.

FINE, G. A.; HALLETT, T. Group Cultures and the Everyday Life of Organizations: Interaction Orders and Meso-Analysis. **Organization Studies**. v. 35, n. 12, p. 1773- 1792, 2014.

FISCHER, T. A cidade como teia organizacional: inovações, continuidades e ressonâncias culturais — Salvador da Bahia, cidade puzzle. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 3, p. 74-88, maio/jun. 1997.

FISCHER, T. Gestão contemporânea, cidades estratégicas: aprendendo com fragmentos e configurações do local. In: FISCHER, T. **Gestão contemporânea: cidades estratégicas e organizações locais**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

FISCHER, T. *et al.* Teias urbanas, puzzles organizativos: inovações, continuidade e ressonâncias culturais. In: XX ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO. **Anais [...]**. Rio das Pedras: Anpad, 1996.

FRANCO, B. L.; OLIVEIRA, J. As Práticas de Constituição dos Espaços Organizacionais e dos Espaços das Cidades: Contribuições de Michel de Certeau aos Estudos Organizacionais. In: Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais. **Anais...** Porto Alegre: 2016.

GALVÃO, Cristina Maria; SAWADA, Namie Okino; TREVIZAN, Maria Auxiliadora. Revisão sistemática. **Rev Latino-am enfermagem**, v. 12, n. 3, p. 549-56, 2004.

GOTTDIENER, M. Planned Sprawl: Private Public Interest Suburb. **SAGE**

Publications, Incorporated, 1977.

GOULARTE, C. C. **Cotidiano, identidade e memória: narrativas de camelôs em Pelotas-RS**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2008.

HARVEY, D. **Espaços de esperança**. São Paulo, Loyola, 2004.

HARVEY, D. **Cidades rebeldes – do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo, Martins Fontes, Selo Martins, 2014.

HASSARD, J.; COX, J. W. Can Sociological Paradigms Still Inform Organizational Analysis? A Paradigm Model for Post-Paradigm Times. **Organization Studies**, v.34, p. 1701-1728, 2013.

IGARASHI, W., IGARASHI, D. C. C., BORGES, B. J. Revisão sistemática e sua potencial contribuição em “negócios, gerenciamento e contabilidade”. **Gestão & Regionalidade**, v. 31, n. 91, 2015.

IPIRANGA, A. S. R. A cultura da cidade e os seus espaços intermediários: os bares e os restaurantes. **RAM**, Revista de Administração Mackenzie, v. 11, n. 1, p. 65-91, 2010.

JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In: Jodelet, D. **As representações sociais**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001. p. 17-44.

LACERDA, Carlos César de Oliveira; MELLO, Sérgio Carvalho Benício de. Se essa rua fosse minha eu mandava ladrilhar: conflitos sociais no organizar do espaço urbano e a luta pela significação entre discursos e [r] existência. **Organizações & Sociedade**, v. 27, n. 95, p. 787-819, 2020.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio

Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000), 2006.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. Rio de Janeiro: Centauro, 2008.

MAC-ALLISTER, M. A cidade no campo dos estudos organizacionais. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 11, edição especial, p. 171-181, 2004.

MAGNANI, J. G. C. **Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade**. Unesp, 1998.

MAGNANI, J. G. C. Na metrópole. In: MAGNANI, J. G. C.; TORRES, L. L. (Org.). **Textos de Antropologia Urbana**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fapesp, 1996.

MEDEIROS, C. R. O.; VALADÃO, V. M. JR.; PEREIRA, A. P. Condomínios Horizontais Fechados: segregação do espaço social. **REA-Revista Eletrônica de Administração**, v. 7, n. 1, 2011.

MENDES, L.; CAVEDON, N. R. A atividade de camelô como prática urbana no contexto das cidades. **Urbe - Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 4, n. 1, p. 123-140, 2012.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigação em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2009.

MORGAN, G., FROST, P.; PONDY, L. Organizational symbolism. In: PONDY, L. et al. (eds.). **Organizational symbolism**. Connecticut: Jay Press, p. 3-35, 1983.

NASCIMENTO, M. C. R. et al. Com que cor eu vou pro shopping que você me convidou?. **RAC-Revista de Administração Contemporânea**, v. 19, n. 3, p. 245-268, 2015.

NASCIMENTO, M. C. R. et al. Práticas de segregação e resistência nas organizações: uma análise discursiva sobre os “rolezinhos” na cidade de Belo Horizonte (MG). **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, v. 17, n. 1, p. 55-81, 2016.

PALHARES, L. V.; CARRIERI, A. POLETO, A. F. As práticas cotidianas de negócio dos catireiros da região do triângulo mineiro e alto paranaíba. **Gestão & Regionalidade**, v. 35, n. 103, 2019.

RECKWITZ, A. Toward a theory of social practices: A development in culturalist theorizing. **European Journal of Social Theory**, v. 5, n. 2, p. 243–263, 2002.

RODRIGUES, I. D. **A dinâmica geográfica da camelotagem: a territorialidade do trabalho precarizado**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008.

SANTOS, D. **A reinvenção do espaço: diálogos em torno da construção do significado de uma categoria**. São Paulo: UNESP, 2002.

SANTOS, L. T.; SOARES, F. M. A. Entre o físico e o simbólico: práticas organizativas de controle no centro de Belo Horizonte. **Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, v.4, n.11, 2017.

SARAIVA, L. A. S.; CARRIERI, A. P. Organização-cidade: proposta de avanço conceitual a partir da análise de um caso. **Revista de Administração Pública**, v. 46, n. 2, p. 547-576, 2012.

SARAIVA, L. A. S.; CARRIERI, A. P.; SOARES, A. S. Territorialidade e identidade nas organizações: o caso do Mercado Central de Belo Horizonte. **RAM, Revista de Administração Mackenzie**, v. 15, n. 2, p. 97-126, 2014.

SARAIVA, L. A. S.; IPIRANGA, A. S. R. **História, práticas sociais e gestão das/nas cidades**. Ituiutaba: Barlavento, 2020.

SCHATZKI, T. R. What Is a Social Practice? In: SCHATZKI, T. R. **The site of the social: a philosophical account of the constitution of social life and change**. Pennsylvania: State University, 2002. P.70-88.

SENNET, R. **O Declínio do Homem Público**. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

SERPA, A. S. P. Apropriação social versus requalificação dos parques e praças na capital baiana. In: ESTEVES JR., M.; URIARTE, U. M. (orgs.). **Panoramas urbanos: reflexões sobre a cidade**. EDUFBA. Salvador, 2003.

SERPA, A. S. P. **O espaço público na cidade contemporânea**. Contexto. Salvador, 2007.

SIMMEL, G. **Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade**. Zahar, 2006.

TAYLOR, S.; SPICER, A. Time for space: A narrative review of research on organizational spaces. **International Journal of Management Reviews**, v. 9, n. 4, p. 325–346, 2007.

VIDAL, D. “Michel de Certeau e a difícil arte de fazer história das praticas”. In: FARIA FILHO, L. M. **Pensadores sociais e história da educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

VILLAÇA, F. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. **Estudos avançados**, v. 25, n. 71, p. 37-58, 2011.

WASSERMAN, V.; FRENKEL, M., **Organizational Aesthetics: Caught Between Identity Regulation and Culture Jamming**. **Organization Science**, v. 22, n. 2, p. 503-521, 2011.

WEBER, K.; DACIN, M. T. The Cultural Construction of Organizational Life: Introduction to the Special Issue. **Organization Science**, v. 22, n. 2, p. 287-298, 2011.

spatial perspective: An integrative review of research on organisational space. **Scandinavian Journal of Management**, v.35, n. 2, 2018, <https://doi.org/10.1016/j.scaman.2018.02.003>.

WEINFURTNER T.; SEIDL D. Towards a

---

**<sup>1</sup> Romulo Gomes**

Professor no Curso de Administração, Faculdade Estácio de Sá Vitória (FESV). Doutorando em Administração, Programa de Pós-graduação PPGADM/UFES e Mestre em Administração, Fucape Business School (FUCAPE).

**<sup>2</sup> Sâmela Pedrada Cardoso**

Mestra em Administração, UFES, Brasil. Especialista em Engenharia de Produção, UCAM.

**<sup>3</sup> Fabiana Florio Domingues**

Professora substituta no Instituto Federal do Espírito Santo (IFES) Campus Cachoeiro. Doutoranda em Administração, Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Mestre em Administração, Universidade Federal do Espírito Santo, UFES.